



AULA I : INFORMAÇÃO, INTERNET E APRENDIZADO



OBJETIVO DA ATIVIDADE

Fundamentar a compreensão do potencial da internet para sustentar o engajamento cívico através da difusão de informações sobre políticas públicas de interesse geral e oferta de canais de participação política.



MEIOS DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Leia e assista os recursos indicados abaixo. Eles são a base para que você reflita sobre o tema e produza um texto com, em média, 3 mil caracteres (com espaços), que sintetize um dos aspectos do conteúdo da aula, a ser entregue ao docente. Utilize a norma ABNT NBR 10520 para citação de trabalhos científicos.



DURAÇÃO DA ATIVIDADE

90 minutos para assistir e ler os recursos indicados e 150 minutos para a produção do texto proposto (4 horas no total).



INFORMAÇÕES E RECURSOS

1. Assista ao vídeo disponível em <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/66175>
2. Leia o texto ROTHBERG, D. Informação de diagnóstico, democracia e inclusão digital. *Liinc em Revista*, v. 5, n. 1, p. 4-18, 2009.



SÍNTESE DO TEMA DA AULA

Para servir à inclusão informacional e cognitiva, a informação deve possuir certas características, para que possa proporcionar o aprofundamento democrático e o atendimento das exigências políticas de emancipação da cidadania. As relações sociais que

caracterizam a vida em uma sociedade democrática são marcadas pela necessidade do indivíduo de fazer escolhas.

Quanto mais informações a pessoa tiver sobre as opções, caminhos, alternativas e possibilidades disponíveis mais qualificadas serão suas escolhas, enquanto escolhas feitas “no escuro” serão prejudiciais. A informação, de acordo com Canela e Nascimento (2009), tem relevância em duas perspectivas: individual e coletiva. Individualmente, além de sua relevância para formação de opinião e tomada de decisões, a informação é um direito que antecede os demais, pois ter acesso à informação permite pleitear outros benefícios.

Tida também como um direito que pertence à coletividade, a informação explica ganhos para a comunidade de maneira geral. De acordo com Canela e Nascimento (2009, p. 12), “decisões de políticas públicas tomadas com base em informações amplas e de qualidade terão resultados mais eficientes”. Além disso, ter acesso a informações em poder do Estado – informações públicas – permite o monitoramento das decisões dos governantes que afetem a vida em sociedade. O controle social dificulta o abuso de poder e a implantação de políticas baseadas em motivações pessoais.

Quando pensamos na informação necessária para a inclusão em uma sociedade democrática, muitas vezes mantemos o foco na disponibilidade e facilidade de acesso ao maior número possível de conhecimentos que permitam o exercício da cidadania. Mas quantidade não é qualidade, e é importante compreender o conceito de informação de diagnóstico, ou seja, informações que subsidiam a habilidade de os cidadãos fazerem escolhas referentes às políticas. O ambiente informacional deve apresentar as políticas como resultado de escolhas e compensação entre efeitos, ou gerará apatia e renúncia de uma inserção positiva no sistema democrático. A escolaridade ou grau de instrução pouco interfere no nível de engajamento nas avaliações de compensação. Uma maior quantidade de informação pode estar associada a mais dogma-



AULA I : INFORMAÇÃO, INTERNET E APRENDIZADO

tismo e, portanto, menor capacidade de compreensão de novos dados provenientes da dinâmica de execução de políticas públicas. A exposição a um conjunto qualificado de informações de diagnóstico possibilita a avaliação política abrangente, pois dizem respeito ao ciclo completo de uma política pública: seus antecedentes, alternativas, desafios, demandas a serem enfrentadas, limites, resultados esperados, possíveis desdobramentos, prazos e custos de implementação, etc.

Cabe à comunicação pública digital, ou seja, aos portais eletrônicos de governo, transmitir tais informações para que os indivíduos formulem posicionamentos, equilíbrios entre compensações e efeitos das políticas públicas. Sobre o questionamento de quais meios de informação e comunicação seriam capazes de prover informação de diagnóstico com mais densidade e favorecendo o aprendizado, estudos indicam que o uso de internet está ligado ao domínio de maior conhecimento sobre questões gerais da organização político-social. As características de interatividade, recursos audiovisuais e hipertextuais, permitem ao usuário expandir as formas de obtenção de conhecimento, além de lhe dar controle sobre o processo de aprendizagem de acordo com seu potencial e interesse, o que estimula à continuação do aprendizado. É importante frisar que a internet não substitui os outros meios, mas complementa as informações obtidas nas outras mídias (*Texto: Vanessa Grazielli*).

Leituras adicionais

CANELA, G.; NASCIMENTO, S. (coords.). *Acesso à informação e controle social das políticas públicas*. Brasília: ANDI; Artigo 19, 2009. 132 p.

KUKLINSKI, J. H.; QUIRK, P. J.; JERIT, J.; RICH, R. F. The political environment and citizen competence. *American Journal of Political Science*, v. 45, n. 2, p. 410-424, 2001.

Produção: Prof. Dr. Danilo Rothberg



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0>



SUPORTE PARA DÚVIDAS E QUESTÕES

Se tiver dúvidas sobre como redigir seu texto, não hesite em enviá-las ao e-mail do docente. Procure formular sua questão com objetividade. Uma resposta será dada assim que possível, dentro de um prazo médio de até 48 horas. Alternativamente, recorra ao Fórum de dúvidas do Moodle.



GUIAS PARA AUTOAVALIAÇÃO: ITENS A SEREM OBSERVADOS

- 1 Apresentação na forma de texto introdutório que descreva o enfoque proposto e o justifique em relação aos contextos teórico e empírico em questão. Aspectos a serem observados: objetividade (10 pontos) e clareza (10 pontos).
- 2 Revisão do referencial teórico pertinente. Aspectos a serem observados: pertinência dos autores utilizados (10 pontos); adequação das citações diretas, indiretas e citação de citação conforme as normas da ABNT NBR 10520 (10 pontos). Pode ser dividida em tópicos, organizados por coerência temática.
- 3 Análise do problema focado (teórico ou empírico) à luz dos referenciais teóricos adotados. Aspectos a serem observados: articulação e clareza do raciocínio (20 pontos) e coerência do diálogo com os referenciais escolhidos (10 pontos).
- 4 Considerações finais na forma de texto conclusivo que retome os pressupostos iniciais do trabalho acadêmico, resuma o percurso percorrido e indique suas principais contribuições. Aspectos a serem observados: objetividade (10 pontos) e clareza (10 pontos).
- 5 Título e resumo que sintetizem todo o percurso e as contribuições do trabalho. Extensão do trabalho. Aspectos a serem observados: objetividade (5 pontos) e clareza (5 pontos). Cada trecho com quantidade de caracteres (com espaços) de 10% acima ou abaixo do número indicado para o trabalho implica redução de um ponto.